

# Grandes partidos se opõem à Comissão Legislativa

## Ulysses acha que emenda do Governo será aprovada como foi apresentada

SÃO PAULO — O Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, está convicto de que a Comissão Mista que examina a emenda do Governo de convocação da Constituinte ficará a favor da proposta do Presidente José Sarney — eleição do Congresso com poderes constituintes — e não aceitará a tese da Constituinte exclusiva.

Ulysses frisou que esta é a posição majoritária da Comissão, rejeitada apenas pelo PT, e por isso deverá prevalecer, seja qual for o teor do parecer e do substitutivo do Relator da Comissão, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), que serão entregues amanhã.

O Presidente da Câmara voltou a defender a criação de uma comissão especial para exercer as funções legislativas durante a elaboração da nova Constituição e evitar o uso de decretos-leis pelo Executivo.

Ulysses informou que está apelando aos parlamentares que não viajem durante o período de votação da emenda do Governo — dias 21, 22 e 23. (Dois grupos estavam se preparando para viajar, um para a Alemanha e outro para a Síria). Ele também está fazendo um levantamento dos Deputados e Senadores que estão no exterior para pedir que voltem com urgência.

## O Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, confirma a tendência pela aprovação da emenda

Quando à desincompatibilização de ocupantes de cargos executivos para concorrer à Constituinte, Ulysses defende a definição de um prazo único, incluindo os ocupantes de cargos no Legislativo.

Ulysses informou ter determinado a inclusão na ordem do dia de amanhã na Câmara do projeto da nova lei dos partidos políticos, do Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), fruto da Comissão Interpartidária das Reformas Eleitoral e Partidária, cujo relator foi o Deputado João Gilberto (PMDB-RS).

O Presidente da Câmara informou ainda que, após entendimento com o Ministro da Administração,

Em Belo Horizonte, o Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, confirmou que os entendimentos

para aprovação da emenda "convergem para sua manutenção nos moldes do texto encaminhado pelo Presidente José Sarney".

— Tudo indica que será alcançado um substitutivo harmônico para as questões mais polêmicas, contemplando a todos, numa convergência média entre as lideranças e os políticos de maior expressão no Congresso. Teremos um Congresso com poderes constitucionais que atingirá tudo o que foi pregado na longa campanha do PMDB — disse.

Quanto ao pacto social, Pimenta disse que, na área política, os entendimentos serão conduzidos pelo Presidente, com o apoio de Ulysses Guimarães, e, na parte técnica, pelos Ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Trabalho, Almir Pazzianotto.

O Líder do PMDB defende o pacto social, mas acha que é "um entendimento extremamente complexo e muito difícil de ser obtido a nível nacional". Para ele, a primeira dificuldade é definir quem deve sentar à mesa, tendo em vista o grande número de interlocutores. Por isso, considera muito difícil fazer-se desde o início um grande pacto.

— É melhor que se comece pelo entendimento setorial.

Pimenta acha que o projeto de reforma agrária apresentado pelo Presidente "está sendo criticado de forma totalmente injusta, pois manteve-se fiel ao Estatuto da Terra, ao qual está vinculado".

— A reforma agrária do Presidente José Sarney trará a necessária tranquilidade do campo, beneficiando dez milhões de pessoas, e será a marca maior do Governo Sarney — disse.

● O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil estará reunido a partir de hoje, em Brasília, no 2º Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte, para discutir a elaboração de documento com sugestões da sociedade a ser entregue à Constituinte. O Congresso termina no sábado.

● O Governador de São Paulo, Franco Montoro, fez ontem um apelo para que as lideranças da Aliança Democrática encontrem o consenso e aprovem a emenda do Governo que convoca a Constituinte. Montoro está confiante porque os políticos "não vão sacrificar o principal em troca do acessório".

● Em Porto Alegre, o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, disse que a Constituinte será um "soviet" capitalista, sujeito a todo tipo de pressões e "lobbies", reiterando suas críticas à convocação da Constituinte sem partidos fortes, que, segundo ele, só se fortalecem nacionalmente com uma eleição presidencial.



O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, recebe dos representantes das tribos a proposta de inclusão de dez índios na Constituinte

## Relator vai entregar hoje seu substitutivo

BRASÍLIA — O Relator da emenda que convoca a Constituinte, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), entrega hoje às lideranças partidárias seu substitutivo à proposta do Presidente José Sarney a ser submetido amanhã à Comissão Mista que examina a emenda. Ele passou o dia ontem dedicado à redação do substitutivo.

Bierrenbach adiantou apenas que não levará em conta a proposta de prazos diferenciados para desincompatibilização dos ocupantes de cargos executivos e que incluirá as sugestões recolhidas em suas consultas a entidades representativas da sociedade, como a CNBB e a

## Forças Armadas aceitam promoção na Reserva

BRASÍLIA — Durante a viagem do Presidente José Sarney a Tabatinga, na Amazônia, no fim-de-semana, o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, em demorada conversa com os líderes na Câmara do PMDB, Pimenta da Veiga, e do PFL, José Lourenço, fez um apelo para que a Aliança Democrática chegue a um entendimento sobre a ampliação da anistia aos militares.

Segundo Lourenço, o Ministro não

OAB. Por falta de apoio no Congresso, deverá excluir a proposta de Constituinte autônoma, embora a defenda.

A proposta de eleição de delegados constituintes (apenas para participar da elaboração da nova Carta) também estará excluída, embora o Relator a tenha defendido com veemência durante as negociações.

A anistia continua sendo o ponto mais polêmico e de desfecho imprevisível. A fórmula que encontra receptividade das Forças Armadas, elaborada pelo Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães — promoção dos militares cassados na reserva, com pagamento do salário corres-

estabeleceu a parte negociável da subemenda Jorge Uequed (PMDB-RS), mas, durante a conversa, chegou-se à conclusão de que seria aceitável que o militar anistiado passasse a receber na reserva o soldo correspondente ao posto em que estaria se não tivesse sido punido.

Ainda segundo Lourenço, o Ministro afirmou que as Forças Armadas consideram o Congresso soberano para decidir, mas concordou com a tese do próprio Lourenço sobre a di-

pendente ao posto — ainda não foi negociada satisfatoriamente.

Na última reunião com as lideranças partidárias, o Relator assegurou que não se afastaria de suas convicções e das posições da sociedade em relação aos pontos polêmicos. Por isso, o Líder do PDS no Senado, Murilo Badaró, manifestou ontem temor pelo destino do substitutivo, que tem preferência para votação. Embora não manifestem, o Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e Ulysses Guimarães têm a mesma opinião. Pimenta e Ulysses, até aqui, tiveram mais trabalho na negociação com Bierrenbach do que com as lideranças oposicionistas, como o PDS e o PTB.

ficuldade de aprovação da reintegração dos punidos, embora não tenha analisado os desdobramentos que causaria.

O Governo, também segundo o Líder do PFL, não tem condições financeiras de arcar com a despesa de pagamento de indenização pelo período em que o militar punido ficou afastado. Mas, para Lourenço, isto não é problema, pois "os militares punidos não estão atrás de dinheiro, mas de reparação moral".

centralizadora pelo Estado, sem que a população tenha qualquer instância de participação ou consulta.

— A Constituição — disse Bley Júnior — não deve descer a detalhes de normas e padrões de controle da poluição. Mas é fundamental que a população tenha dispositivos constitucionais assegurando sua participação nas decisões que impliquem alterações profundas no meio ambiente, como a construção de uma hidrelétrica, onde os moradores da área afetada precisam ser consultados.

## Índios querem representação na Assembléia

BRASÍLIA — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, prometeu ontem a um grupo de 50 índios, representantes de 15 nações, levar ao Congresso e à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais proposta para abertura de dez vagas na Constituinte para índios, que seriam eleitos por próprias comunidades. Lyra disse que a proposta não é de fácil execução, pois é preciso encontrar uma fórmula para incluir estes representantes na Constituinte, mas acrescentou que "a idéia pode ser levada à frente".

Para isto, o Ministro deverá entrar em contato com o Deputado Alencar Furtado, Presidente da Comissão Constitucional do Congresso, com o jurista Afonso Arinos, Presidente da Comissão do Executivo, e com integrantes da Comissão Mista que estuda a convocação da Constituinte, embora seus trabalhos já estejam em fase final.

Liderados pelo Presidente da União das Nações Indígenas (UNI), Álvaro Tukano, e pelo Assessor do Ministério da Cultura para Assuntos Indígenas, Marcos Terena, os índios entregaram ao Ministro documentos formalizando a reivindicação de participação na Constituinte. Eles propõem a indicação de dois índios por cada região do País, a serem eleitos pelas comunidades indígenas.

— Se formos excluídos, outras pessoas vão fazer uma Constituição que não corresponderá aos interesses e à realidade das comunidades indígenas — afirmou Tukano.

Ele explicou que os representantes indígenas na Constituinte não devem ser escolhidos em eleições normais, porque as comunidades possuem formas de representação diferentes da sociedade nacional e eles não teriam interesse em ser Deputados ou Senadores, mas apenas participar da elaboração da constituição.

## Seminário discute preservação da ecologia

CURITIBA — Com objetivo de ordenar todas as proposições dos movimentos ecológicos sobre meio ambiente, que devem estar presentes na nova Constituição brasileira, foi aberto ontem à noite nesta capital o seminário "Constituinte, vida e meio ambiente", promovido pelo Governo do Paraná através da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (Surhemam), órgão estadual encarregado do controle da poluição.

— A Constituição brasileira atual está totalmente defasada em rela-

ção às questões ambientais, pois nela não existe um único artigo tratando desse tópico. O encontro pretende juntar todas as propostas que estão dispersas nos movimentos ecológicos e encaminhá-las para a Comissão da Constituinte — disse o Superintendente da Cícero Bley Júnior.

Segundo ele, os ecologistas brasileiros estão preocupados com a possibilidade de uma nova Constituição ser baseada no modelo espanhol, onde as questões de meio ambiente são tratadas de forma extremamente